

CE

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE





Funcionários da Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Ivan Cerqueira, Ednalva Xavier, Renata Cristina, Maísa Nassar, Rodrigo Barreto, Willy Moura, Fernanda Regina, Isis Gonçalves, Lincoln Telhado, Isabela Wandalsen e João Ricardo dos Santos (ausente).

Reuniões da CE

Secretário: Willy da Cruz Moura

Telefone: 61 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br

Senado Federal - Praça dos Três Poderes

Anexo II Brasília DF - CEP 70165-900

Ala Alexandre Costa

Plenário nº 15

Expediente

Jornalista responsável: Letícia Alcântara

Texto: Ana Carolina Sarres, Lenice Lengruber e Maria Carolina Lopes

Projeto gráfico: Fabiano Campêlo e Rafael Minervino



CE

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE

JANEIRO - MARÇO

55^a LEGISLATURA - ANO 2016
S E N A D O F E D E R A L

COMPOSIÇÃO

Presidente
Senador Romário
PSB-RJ



Vice-Presidente
Senadora Fátima Bezerra
PT-RN



Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)

Titulares



Senadora
Fátima
Bezerra
PT-RN



Senadora
Angela
Portela
PT-RR



Senador
Donizeti
Nogueira
PT-TO



Senador
Cristovam
Buarque
PPS-DF



Senador
Lasier
Martins
PDT-RS



Senador
Paulo Paim
PT-RS

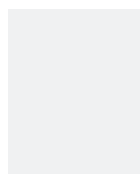


Senador
Wilder Moraes
PP-GO



Senador
Gladson
Cameli
PP-AC

Suplentes



Vago



Senadora
Regina Sousa
PT-PI



Senador
Zezé Perrella
PTB-MG



Senador
Walter
Pinheiro
S/PARTIDO-BA



Senador
Telmário
Mota
PDT-RR



Senador
Lindbergh
Farias
PT-RJ



Senador
Ciro Nogueira
PP-PI



Senadora
Ana Amélia
PP-RS

Bloco da Maioria (PMDB)

Titulares



Senadora
Simone Tebet
PMDB-MS



Senadora
Sandra Braga
PMDB-AM



Senador
João Alberto
Souza
PMDB-MA



Senadora
Rose de
Freitas
PMDB-ES



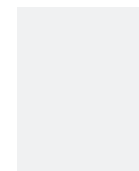
Senador
Otto Alencar
PSD-BA



Senador
Dário Berger
PMDB-SC



Senador
Jader Barbalho
PMDB-PA



Vago

Suplentes



Senador
Raimundo Lira
PMDB-PB



Senador
Roberto
Requião
PMDB-PR



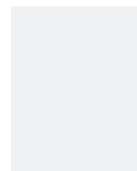
Senador
Ricardo
Ferraço
PSDB-ES



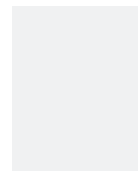
Senador
Hélio José
PMDB-DF



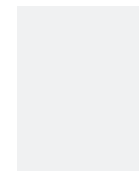
Senadora
Marta Suplicy
PMDB-SP



Vago



Vago



Vago

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Titulares



Senador
Ricardo
Franco
DEM-SE



Senador
José
Agripino
DEM-RN



Senador
Álvaro Dias
PV-PR

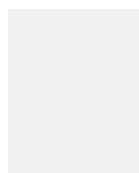


Senador
Antonio
Anastasia
PSDB-MG



Senador
Dalírio
Beber
PSDB-SC

Suplentes



Vago



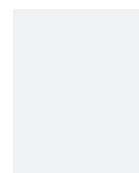
Senador
Ronaldo
Caiado
DEM-GO



Senador
Aloysio
Nunes
PSDB-SP



Senador
Ataídes
Oliveira
PSDB-TO



Vago

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Titulares



Senadora
Lídice da Mata
PSB-BA



Senador
Romário
PSB-RJ



Senador
Roberto Rocha
PSB-MA

Suplentes



Senador
Antonio
Carlos
Valadares
PSB-SE



Senador
Randolfe
Rodrigues
REDE-AP



Senador
Fernando
Bezerra
Coelho
PSB-PE

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)

Titulares



Senador
Blairo Maggi
PR-MT

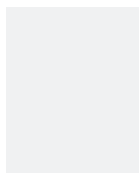


Senador
Eduardo
Amorim
PSC-SE

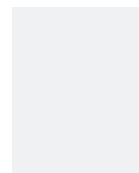


Senador
Douglas
Cintra
PTB-PE

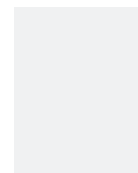
Suplentes



Vago



Vago



Vago

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Nos primeiros meses de atividade da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em 2016, tivemos o orgulho de promover o Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado no dia 21 de março, com o evento “21 Horas pela Inclusão”.

Além da abertura, para a qual pudemos contar com a participação do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Andrew Parsons; do embaixador do Reino Unido no Brasil, Alex Ellis; e da minha princesa Downzinha, Ivy; a Comissão de Educação também ofereceu gratuitamente oficinas de capacitação com profissionais de diversas especialidades relacionadas a vários temas ligados à deficiência.

Foram três dias dedicados às pessoas com deficiência, em que foram discutidas questões como integração sensorial, educação sexual, desenvolvimento das linguagens oral e escrita, comunicação alternativa, entre outras. As oficinas foram um sucesso! Tivemos vagas esgotadas para todas e foram necessárias listas de espera!

Isso não só demonstra o crescente interesse dos profissionais que trabalham com deficiências, mas reflete, sobretudo, uma sociedade cada vez mais consciente em relação às necessidades das pessoas com deficiência e com vontade de se adaptar para recebê-las com a dignidade e a igualdade que elas merecem.

Na abertura desse evento, me emocionei ao falar sobre a síndrome de Down. Com a minha filha Ivy ao meu lado, tive a certeza de que Papai do Céu me deu uma missão: a de sonhar alto e lutar por inclusão, justiça, dignidade e, acima de tudo, amor ao próximo.

E é com esse espírito que trabalhamos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Um abraço,



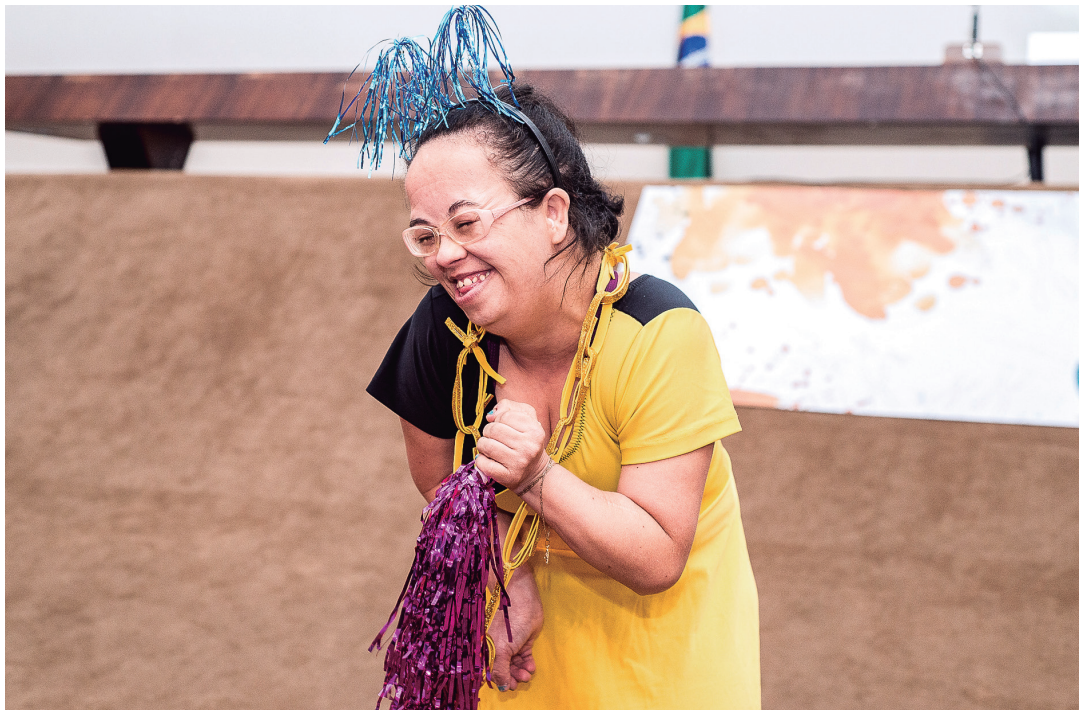


FOTO: BRUNA BASILIO

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

16 DE FEVEREIRO DE 2016



APROVADO DIA DE COMBATE AO PRECONCEITO ÀS PESSOAS COM NANISMO

Na primeira Sessão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de 2016, no dia 16 de fevereiro, foi aprovada a instituição do Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo, a ser lembrado anualmente no dia 25 de outubro. A decisão da comissão sobre o projeto de lei (PL 657/2015) de autoria do senador Romário (PSB-RJ) foi terminativa e segue para deliberação na Câmara dos Deputados.

“Estou muito feliz! Hoje caminhamos mais adiante com uma nova causa que abracei este ano: a das pessoas com nanismo. Aprovamos meu projeto de lei que institui o Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo. Trata-se de uma iniciativa para trazer visibilidade e combater o preconceito. É uma honra ser o autor desse projeto”.

Senador Romário

A aprovação do PL foi resultado da análise dos membros da comissão sobre o tema. Em setembro de 2015, foi realizada uma audiência pública no Senado com representantes de pessoas com nanismo para esclarecer dúvidas, debater questões polêmicas e conscientizar os senadores e a sociedade como um todo para a deficiência.

“Não há cura, nem prevenção, mas há muito o que fazer em bus-

ca da qualidade de vida das pessoas com nanismo”, informou a servidora pública Liana Cristina Hones na audiência.

Segundo ela, embora sejam consideradas pessoas com deficiência, pessoas com nanismo ainda não gozam da mesma visibilidade ou dos direitos equivalentes aos de outras pessoas com deficiência.

“Ser motivo de piada e zombaria faz parte da vida de muitas pesso-

as com nanismo e estou na linha de frente para ajudar a combater isso”, declarou Romário.

Para ele, a instituição do Dia Nacional do Combate ao Preconceito às Pessoas Nanismo vai ter implicações na educação, nas relações entre alunos, na produção cultural, nos esportes, no mundo do trabalho e na sensibilização da sociedade quanto ao respeito às pessoas que apresentam essa característica.

REDE PÚBLICA PODERÁ TER DE OFERECER ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL GRATUITA

A rede pública poderá passar a oferecer gratuitamente orientação profissional a alunos do ensino médio. A inexistência desse tipo de orientação, somada à preparação inadequada para os processos seletivos das universidades públicas brasileiras, faz que estudantes enfrentem problemas relacionados ao ingresso na educação superior e às escolhas profissionais.

O projeto de lei aprovado pela CE (PLS 426/2015) tem o objetivo de

minimizar esses obstáculos enfrentados pelos jovens no momento de fazer escolhas profissionais. O projeto, inclusive, foi uma proposição de estudantes do ensino médio que expressaram a necessidade por mais orientação por meio da consolidação desse PL, no âmbito do Programa Jovem Senador, promovido anualmente pelo Senado Federal.

Caso vire lei, o projeto inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o direito dos alunos da rede pública de ter acesso

à orientação profissional – também chamada de teste vocacional – de forma gratuita. A oferta também vale a alunos que tenham bolsa de estudos integral em escolas privadas.

Segundo o relator do projeto, senador Donizeti Nogueira (PT-TO), a orientação é relevante porque permite economia de recursos – seja evitando o desperdício do investimento em formação, seja contribuindo para o aumento de produtividade.

“Esse processo dá mais firmeza à decisão do futuro profissional. Além disso, independentemente da abordagem adotada, deve-se ter em mente, tomando como referência a realidade brasileira, que muitos jovens decidem por um curso superior como forma de alçar a um emprego ou cargo público que exige tal titulação”.

Senador Donizeti Nogueira

DIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À PSICOFOBIA É TEMA DE PL NA COMISSÃO

O dia 12 de abril poderá ser instituído como o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia. É o que prevê o projeto de lei aprovado pela CE (PLS 63/2014), de autoria do ex-senador Paulo Davim (PV-RN).

A psicofobia é entendida como todo preconceito contra quem tem algum tipo de doença ou transtorno mental. Atualmente, há aproximadamente 46 milhões de brasileiros

diagnosticados com alguma doença mental, o que equivale a 25% da população.

A data foi escolhida por ser o dia de nascimento do humorista Chico Anysio, que sofreu transtornos mentais e foi um exemplo de superação no país.

Segundo o relator do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), é importante que se consagre um dia de combate à psicofobia.

“O projeto é um marco na conscientização da sociedade para as danosas consequências de atitudes preconceituosas em relação a vítimas de transtornos mentais”, ressaltou o senador.

2^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

17 DE FEVEREIRO DE 2016



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DEBATE DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO

As atribuições e a importância do policial legislativo foram tema audiência pública da CE proposta pelo senador Dário Berger (PMDB-SC). O encontro deu origem a um projeto de lei que institui o Dia do Policial Legislativo, a ser comemorado no dia 23 de junho.

A data escolhida remete ao ano de 1789, em meio à Revolução Francesa, quando a Assembleia Nacional da França decretou a imunidade dos seus membros, da sede do Parlamento e justificou que “a polícia da sala onde a Assembleia se reúne só pode pertencer à própria Assembleia”. Depois desse episódio, o poder de polícia parlamentar foi consagrado na primeira constituição francesa.

Atualmente, a polícia legislativa brasileira é composta por 160 policiais no Senado Federal e 288 na Câmara dos Deputados, responsáveis pela preservação da ordem e do pa-

trimônio, bem como pela prevenção e pela apuração de infrações penais dentro e fora do Congresso Nacional.

Segundo o diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, que trabalha na Casa há 23 anos, esse é um dos corpos mais técnicos e bem treinados do Brasil, pois também focam em inteligência, planejamento, coordenação e execução de planos de segurança.

“A polícia legislativa é uma das melhores do país e tem o dever de permitir que o Parlamento consiga exercer sua função em segurança. Nossa função é manter esse ambiente sempre tranquilo e seguro para todos – não só dos parlamentares, mas também dos servidores e de toda a população que passa por aqui”, explicou.

O diretor da polícia legislativa da Câmara dos Deputados, Paulo Marques, informou que uma das atri-

buições mais importantes da polícia legislativa é ter uma boa atuação na mediação de conflitos junto aos líderes de movimentos sociais, categorias funcionais e entidades de classe.

“Sabemos que o Congresso é alvo de muitas manifestações e é extremamente importante que nossos policiais estejam totalmente preparados para qualquer problema. Nosso policiamento é ininterrupto e precisamos ter sempre o controle total dos acessos às Casas Legislativas”, disse ele.

O requerente da audiência, senador Dário Berger, exaltou a importância de instituir um dia que homenageie os policiais legislativos.

“Fico feliz de estar à frente desse projeto de lei que mostra a importância da atuação dos policiais legislativos que defendem as Casas Legislativas do Brasil”, disse.

3^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Á R I A

2 3 D E F E V E R E I R O D E 2 0 1 6



CE APROVA ISENÇÕES FISCAIS SOBRE INSTRUMENTOS MUSICAIS

Músicos, orquestras e entidades afins poderão ter isenção do Imposto de Importação (II) incidente sobre instrumentos musicais (PLS 329/2015). O projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) teve o parecer aprovado pela CE na 3^a sessão de 2016.

Será concedida a isenção do Imposto de Importação incidente sobre instrumentos, equipamentos e acessórios que façam parte da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A proposta também prevê a isenção do PIS/Pasep Importação e da Cofins-Importação.

Para obter o benefício, será necessário comprovar a atividade

de profissional, sendo que músicos profissionais somente poderão se beneficiar da isenção para uso próprio uma vez a cada 36 meses para a importação e uma vez a cada 24 meses para compras no mercado interno. Essas restrições não se aplicam a acessórios dos instrumentos.

O projeto também prevê que os benefícios previstos só irão produzir efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior ao exercício em que o Poder Executivo estimar o montante da renúncia fiscal. O governo federal também deverá incluir nessa documentação um demonstrativo acompanhando o projeto de lei orçamentário.

O texto foi aprovado em caráter

não terminativo e ainda terá de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

“É inegável que o músico, em determinado momento da carreira, precisa adquirir instrumentos de alta qualidade que lhe proporcionem condições para aprimorar-se artisticamente e progredir profissionalmente. Contudo, a indústria nacional, apesar de promissora, ainda não consegue, em muitos casos, produzir equipamentos com a mesma qualidade técnica que a tradicionais marcas internacionais oferecem”, justificou o relator do PL, senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

4^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

24 DE FEVEREIRO DE 2016



PARLAMENTARES SE MOBILIZAM CONTRA CORTES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Preocupados com o corte de recursos no orçamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), senadores e deputados que integram as comissões de Educação do Senado e da Câmara se uniram para reverter o anúncio do Ministério da Educação (MEC) de cortes no programa.

A mobilização dos parlamentares foi anunciada durante debate sobre o PIBID na CE do Senado Federal, que contou com a presença de 14 senadores e dez deputados, além

de representantes do governo e de gestores do programa.

“Qualquer adequação ou ajuste no PIBID deve ser feito em diálogo com as universidades e com a coordenação do programa”, frisou a vice-presidente da CE no Senado, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), ao adiantar que um dos objetivos da reunião será cobrar mais transparência na gestão do PIBID.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Jesualdo Pereira Farias, disse que o governo nunca teve intenção de ex-

tinguir ou reduzir o programa, mas de redirecionar seu foco para escolas cujos estudantes obtiverem notas mais baixas nas avaliações do MEC.

A diretora de Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Irene Mauricio Cazorla, reiterou o compromisso do governo em investir na formação de professores para escolas municipais. Como observou, os cursos superiores de licenciatura nem sempre atendem às necessidades das salas de aula do ensino básico.

“É preciso que se produza conhecimento que nasce na escola. O conhecimento que é discutido na educação básica deve ser insumo para a licenciatura, insumo para especialização e para o mestrado”, opinou.

INCENTIVO

O Pibid oferece bolsas para que alunos de licenciatura atuem dentro das escolas públicas, com a orientação de um docente, de forma a fortalecer a formação dos futuros professores e incentivá-los a lecionar no ensino básico, seja na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.

O programa prevê bolsas mensais de R\$ 400 para estudantes de licenciatura; de R\$ 765 para professores supervisores, que devem acompanhar pelo menos cinco estudantes; e de R\$ 1.400 para coordenadores.

Atualmente, são cerca de 90 mil bolsistas fazendo estágio em 5,8 mil escolas públicas. No entanto, medida adotada pela Capes impede a renovação de bolsas que vencem, levando ao corte de 45 mil bolsas, como alertou Alessandra Santos, presidente do Fórum Nacional do Pibid.

“De imediato, essa medida causa o desligamento de professores das universidades e das escolas que atuam no programa. A previsão é de redução de 67% do programa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a previsão é de redução de 80%”, contou Alessandra.

Durante o debate, o anúncio feito pelo representante do MEC de que a medida seria suspensa foi aplaudido pelos cerca de 250 professores e bolsistas do Pibid que acompanhavam a audiência pública na sala da CE e por meio de telões instalados em outras quatro salas.

REPÚDIO

Desde o início da audiência pública, a possibilidade de cortes no programa gerou manifestações de repúdio dos senadores.

“Como é possível os cortes atingirem uma área prioritária como essa, especialmente para esse governo que tem como *slogan* ‘Pátria Educadora’? É realmente contraditório”, questionou o presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ),

O senador Dário Berger (PMDB-SC) também cobrou mais investimentos na educação, em especial na formação de docentes.

“É sobre os ombros do professor que reside a responsabilidade de formar consciências e o nosso futuro”, ressaltou.

Já a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) se disse confiante no sentido de haver algum entendimento.

“O diálogo sempre foi uma marca deste governo. Sabemos que estamos em situação de dificuldade e as situações de dificuldade requerem ainda mais compreensão e diálogo. Vamos ajudar na mediação e em uma saída para mantermos esse programa, que é um dos programas com maior reconhecimento nacional”, disse Gleisi.

RESULTADOS POSITIVOS

Confirmando esse reconhecimento, os senadores ouviram muitos relatos de resultados positivos no Pibid. Conforme o membro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Belchior de Oliveira Rocha, o programa aproxima o aluno de licenciatura do cotidiano dos estudantes do ensino básico, articulando teoria e prática na formação dos docentes.

A presença dos estagiários nas escolas públicas, completou, tem resultado em estímulo e renovação para a educação básica. O programa também vem atraindo mais jovens para os cursos de licenciatura, segundo o membro do conselho.

São constatações como essas que fizeram com que o Pibid recebesse o apoio unânime dos senadores que participaram do debate.

Ao final da audiência pública, a presidente do Fórum Nacional do Pibid, Alessandra Santosb entregou à senadora Fátima Bezerra manifesto que recebeu 100 mil assinaturas de apoio, repudiando os cortes de recursos no programa e pedindo medidas para fortalecê-lo. O documento e as assinaturas serão entregues a dirigentes do MEC.



*Com informações da Agência Senado

FOTO: ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

5^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

24 DE FEVEREIRO DE 2016



ESPECIALISTAS PEDEM OBJETIVOS CLAROS EM BASE COMUM CURRICULAR

Especialistas presentes em audiência pública da CE ressaltaram que a proposta preliminar do Ministério da Educação (MEC) para a Base Nacional Comum Curricular (BNC) precisa especificar, com clareza, qual o tipo de formação que o país quer e quais são os objetivos da aprendizagem a serem considerados por professores e coordenadores na montagem dos projetos pedagógicos.

Em setembro de 2015, o MEC

apresentou a primeira versão da BNC, em que propôs a unificação das bases dos ensinos infantil, fundamental e médio em todo o país.

O conselheiro do CNE, José Fernandes de Lima, explicou que o documento que está sendo elaborado pelo MEC tem tudo a ver com o debate sobre a educação que queremos no Brasil. José explicou que a proposta da BNC está relacionada à agenda da educação e tem que responder para quem a educação será

direcionada, com qual objetivo, o que deve ser ensinado e como deve ser esse ensino.

O conselheiro disse que essa é uma discussão antiga e que muito já está previsto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Segundo ele, o conteúdo que já está previsto em leis deverá ser levado em consideração na análise que o CNE irá fazer ao receber o documento.

O secretário de Educação do estado do Rio de Janeiro, Antônio Neto, disse que o documento apresentado pelo Ministério da Educação ainda não responde claramente qual a formação que se quer atingir. Segundo ele, dentro da proposta, os objetivos de aprendizagem não estão coerentes e coesos, sendo necessária uma redação mais precisa nesse ponto.

Antônio Neto defende a viabilização e a formação integral do indivíduo por parte do BNC, com inovação em educação básica. Para ele, a Base Nacional Comum Curricular deve ser organizada colocando o aluno como o centro, e não somente os conteúdos.

DISTORÇÃO

O representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Aléssio Costa Lima, ressaltou que o documento vai corrigir uma distorção do Sistema Nacional Brasileiro, no qual são os processos de avaliação que ditam os currículos.

“Com a definição da base teríamos a ordem reestabelecida: definição de currículos e depois processos de avaliação”, informou ele.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Chico Soares, explicou que a função do Inep é monitorar o direito à educação por meio de atividades de censo

e medidas dos aprendizados. Segundo ele, a Base Nacional Comum Curricular deve deixar claras as expectativas de aprendizado para que a Avaliação Nacional da Alfabetização, a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sejam mudados depois da promulgação da base.

“A discussão da base é fundamental não só para garantir direitos, mas para diminuir desigualdades”, ponderou.

O diretor de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação, Ítalo Dutra, ressaltou a disposição da pasta em fazer a negociação dessa base abertamente e com uma ampla participação da sociedade.

FARSA

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ressaltou que o Ministério da Educação está perdendo tempo ao ampliar tanto esse debate, já que a proposta tem mais aspecto técnico do que político. Cristovam disse ainda que não adianta fazer uma Base Nacional Comum Curricular se o Brasil possui um sistema educacional municipalizado e desigual.

O senador disse que a proposta é uma farsa para o país não fazer o dever de casa no que diz respeito à educação. Para ele, a carreira nacional do professor, o padrão de qualidade das edificações e equipamentos das escolas, o horário integral e anos letivos sem interrupções com greves são os

pontos-chaves para serem discutidos.

Cristovam acrescentou que o currículo escolar tem que deixar espaço para a vocação e que as escolas devem proporcionar prazer ao aluno.

“Devíamos estar discutindo a base comum nas escolas para depois buscar uma base comum curricular”

Senador Cristovam Buarque

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) acrescentou que os indicadores brasileiros referentes à educação não serão mudados sem a formação continuada dos professores e sem a federalização da carreira do professor do ensino fundamental. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu um debate mais cuidadoso da Base Curricular do Ensino Médio que, segundo ela, é a etapa de ensino que enfrenta os maiores desafios no Brasil.



*Com informações da Agência Senado

FOTO: ROQUE SÁ/AGÊNCIA SENADO

SEMINÁRIO DOENÇAS RARAS

25 DE FEVEREIRO DE 2016



MÉDICOS DESCONHECEM MAIORIA DAS DOENÇAS RARAS, RELATAM PACIENTES

As pessoas com doenças raras foram as protagonistas do seminário promovido pela CE para marcar o Dia Mundial das Doenças Raras, lembrado anualmente no último dia de fevereiro. Na audiência pública que reuniu especialistas no assunto para debater o tema, a principal queixa dos pacientes foi o desconhecimento dos médicos.

O problema foi relatado por Anália Maia. Ela tem cavernoma cerebral e estudou tanto o assunto que hoje é referência para outros pacientes. Durante o seminário, Anália explicou que a doença causa lesões no cérebro e na medula espinhal, provocando sintomas diversos como

convulsão, dor de cabeça e deficiências neurológicas.

“Outro dia recebi o e-mail de um paciente preocupado porque o médico havia receitado aspirina para suas dores de cabeça, mas aspirina é um anticoagulante e poderia agravar os constantes sangramentos”, explicou a paciente.

Diagnósticos e tratamentos equivocados são uma constante na vida de quem enfrenta a dura realidade de ter uma doença rara. “Alguns médicos nunca ouviram falar na doença e os que conhecem passam tratamentos errados”, informou Anália.

Há ainda profissionais que desistem do paciente, como contou

Carmelina Dias. “Já ouvi que não havia medicamento e minha doença, não tinha cura”, relatou a paciente de Linfangioleiomiomatose (LAM).

Carmelina discordou da opinião do profissional e, para ela, os médicos devem garantir, ao menos, qualidade de vida ao paciente. “Isso já é feito com outras doenças, como a Aids e o diabetes”, argumentou.

O desconhecimento dos médicos sobre as doenças leva à demora ou à ausência de um diagnóstico correto, fato que limita ainda mais as possibilidades, já escassas, de tratamento.

Até as do médico imunologista e angiologista Welton Correia. O problema é que, hoje, o “doutor” está do

outro lado da cadeira: ele também é paciente de uma doença rara conhecida como Doença de Pompe e sofre com as consequências de um diagnóstico tardio.

Com sérias dificuldades para respirar, andar e levantar, Welton admite que, como médico, negligenciou a própria saúde. “Quanto mais rápido você diagnostica a doença, mas rápido se inicia o tratamento, diminuindo a possibilidade de sequelas incapacitantes”, explica.

Conhecendo os dois lados da mo-

eda, Welton sentencia: “Precisamos de médicos que não desistam de nós!”.

O relato dos pacientes coincide com a opinião de profissionais da saúde. O diretor de Autoridade e Registro Sanitário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Renato Alencar Porto, declarou no evento que o principal desafio da agência hoje é disponibilizar os medicamentos com rapidez para as pessoas com doenças raras. Para isso, no entanto, ele defendeu que o Brasil também precisa diminuir o

tempo do diagnóstico.

“Há inúmeros pacientes que vão em minha sala. É importante que vocês provoquem a Anvisa, as questões sociais são relevantes”, ponderou.

A chefe do Núcleo de Genética do Hospital de Apoio de Brasília, Giselle Maria de Araújo, também reforçou o desconhecimento dos profissionais. “O tema é pouco abordado nas faculdades. Temos que mudar os currículos das faculdades”, defendeu.

É PRECISO OUVIR AS PESSOAS PARA CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS, DIZ ROMÁRIO

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), abriu o evento “A Voz das Pessoas com Doenças Raras”, que aconteceu no dia 25 de fevereiro, promovido pela comissão. Pelo quinto ano consecutivo o Congresso Nacional abriu espaço para debater o tema e, em 2016, a Comissão de Educação recebeu convidados para debater o tema.

“Tenho muito orgulho de contribuir para a divulgação e de estimular o debate sobre as doenças raras. Em cinco anos, aprendi que dar voz aos pacientes, entender suas lutas e suas necessidades é fundamental para se criar políticas públicas efetivas para a população”, disse o senador.

Em seu discurso, Romário também lembrou que o Ministério da

Saúde classifica como “doenças raras” aquelas que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. Por isso, infelizmente, muitas dessas doenças não são priorizadas, nem pelos laboratórios farmacêuticos, nem em pesquisas para se buscar novos tratamentos.

É justamente por isso que é preciso trabalhar em defesa das pessoas com doenças raras. “Às vezes elas sequer contam com medicamentos adequados para os tratamentos que tanto necessitam”, lembrou o senador.

O presidente da CE disse que, apesar desse panorama, as coisas estão começando a mudar. Em 2014, o Ministério da Saúde baixou uma portaria que institui a Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras.

“É evidente que essa medida ainda não é suficiente para resolver todos os problemas que envolvem o tema, mas precisamos reconhecer que é um movimento significativo”, reconheceu.

PROJETOS

Romário também falou sobre os projetos que apresentou e relatou no Senado em defesa da causa. Entre eles está o PLS 682/2015, que institui o Dia Nacional de Luta contra a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem impacto direto sobre as pessoas com doenças raras que passam a ter alguma deficiência.



6^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1^o DE MARÇO DE 2016



PL TORNA OBRIGATÓRIA INTERNET EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

O acesso à internet para todos os alunos do ensino fundamental e médio das redes pública e privada poderá se tornar obrigatório. O projeto de lei sobre o tema (PLS 280/2015) aprovado pela CE foi sugerido por estudantes de ensino médio de escolas públicas participantes do Programa Jovem Senador de 2014, promovido anualmente pelo Senado.

Na justificativa do projeto, o ar-

gumento é o de que o Projeto Banda Larga nas Escolas prevê que todas as escolas públicas urbanas estivessem conectadas à internet até o final de 2010. Até 2013, no entanto, 5,5 mil dessas escolas não tinham conexão à rede, segundo o Censo Escolar.

Para o relator do texto na comissão, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a escola é um bom lugar para se aprender a lidar com as tecnologias, em especial para as

classes socialmente menos favorecidas.

“Por meio dessas tecnologias, abrem-se amplos horizontes para a construção de conhecimentos válidos e para o tratamento consistente de conteúdos do currículo escolar. É essencial o acesso às novas tecnologias para o avanço no campo da educação e, por conseguinte, no campo da produtividade e da vivência social plena”, informou o relatório.

UNIDADES EDUCACIONAIS

Ainda no âmbito da Educação, foi aprovado, em caráter terminativo, o projeto do senador Vital do Rêgo (PM-DB-PB) que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio (PLS 10/2012).

O projeto dispõe que as unidades escolares públicas de educação básica somente poderão ser extintas ou passar por reestruturação de sua oferta de escolarização mediante aprovação do conselho de educação do respectivo sistema, sem prejuízo para a continuidade dos estudos de seus alunos e observada a destinação total da receita da venda ou aluguel de seu prédio ao órgão responsável

pela educação, para a manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Também foi aprovado em caráter não terminativo o projeto do deputado Jorge Silva (PROS-SE) que institui o Dia Nacional do Psicólogo (PLC 211/2015).



CULTURA

Capital do Boi Bumbá

O município de Parintins, no estado do Amazonas, poderá receber o título de Capital Nacional do Boi Bumbá (PLS 539/2015). É o que prevê o projeto do senador Omar Aziz (PSD-SP), aprovado pela CE em caráter terminativo.

Capital dos Botos

Também foi aprovado em caráter terminativo o projeto de lei da Câmara do senador Dalirio Beber (PSDB-SC) que confere o título de Capital Nacional dos Botos (Golfinhos) Pescadores à cidade de Laguna, no estado de Santa Catarina (PLC 192/2015),

Pontos de Cultura

Aprovado em caráter terminativo o projeto que inclui a apresentação mensal de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública (PLS 381/2014), do senador Roberto Rocha (PSB-MA), que tramita em conjunto com o projeto (PLS 281/2014), do senador Feury (DEM-GO).

Rodovia na Paraíba

Na mesma reunião, foi aprovado em caráter terminativo o projeto de autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que denomina o trecho da BR 104 compreendido no estado da Paraíba "Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima" (PLS 692/2015).

Heróis da Pátria

O nome de Tobias Barreto de Menezes poderá ser inscrito no Livro dos Heróis da Pátria (PLS523/2015). É o que prevê o projeto do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), aprovado em caráter terminativo.

Dedução no IR

Foi aprovado o parecer do projeto que altera a Lei Rouanet, para estender os segmentos de produção cultural que serão atendidos pelas doações e patrocínios que os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda, passando a abranger a produção de obras literárias, fotográficas e videográficas da gastronomia regional e nacional, bem como doações e acervos gastronômicos (PLS379/2015), de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

7^a S E S S Ã O E X T R A O R D I N Á R I A

2 D E M A R Ç O D E 2 0 1 6



BASE COMUM CURRICULAR SEGUE PROCESSO “ILEGÍTIMO E FORA DOS PROTOCOLOS”

O processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular foi alvo críticas em audiência pública realizada pela CE. Para o presidente do Instituto Alfa e Beto e especialista em educação João Batista Araújo e Oliveira, falta legitimidade no método adotado pelo Ministério da Educação (MEC). Na sua avaliação, o governo desconsiderou protocolos internacionalmente reconhecidos, inclusive ao deixar de envolver no processo instituições e profissionais efetivamente habilitados para tratar do tema.

“Se algo não houve até hoje nessa base curricular foi debate, porque debate há quando você confronta ideias com as pessoas que as defendem. Porém, até hoje não sabemos sequer quem são os autores dessas ideias”, observou, em referência ao documento divulgado pelo MEC em 2015 e que ainda está em discussão.

Quando se quer estabelecer programas curriculares, afirma o expositor, o primeiro passo é a revisão da literatura sobre o tema. Depois, conhecer as experiências de países que tiveram sucesso na revisão de currículos. Em seguida, opinou, é necessário

convocar especialistas nos diferentes aspectos envolvidos, entre outros profissionais que entendem de processos de aprendizagem e cognição e aqueles que aplicam os conteúdos em campo, caso dos professores.

A base nacional comum terá um descritivo de conteúdos e conhecimentos necessários para cada ano e segmento da educação básica, que valerá tanto para as escolas públicas quanto particulares. O Plano Nacional de Educação (PNE) determina que até junho de 2016 essa base comum seja encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).



*Com informações da Agência Senado

COMEÇAR DE NOVO

O especialista chegou a recomendar à comissão que, diante da “imperícia” do processo de elaboração do documento inicial, proponha ao MEC “começar tudo de novo”. Segundo ele, com tantas falhas, pouco adianta a iniciativa do ministério de abrir uma sistemática para recebimento de contribuições. Desde julho de 2015, o MEC colhe sugestões por meio de página na internet.

“A ideia de que já se tem 10 milhões de opiniões assusta muito mais que ajuda. Isso não é um jogo

de plateia, mas algo que tem fases e em alguma delas, sim, tem que se ouvir um grande público, mas estamos muito longe dessa fase”, argumentou.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) registrou que a comissão constituída pelo MEC contou com representantes de 35 universidades e dois institutos federais de educação, além professores indicados pelas secretarias estaduais de educação e de gestores da área. A senadora indagou, em seguida, se isso não apontaria na direção contrária ao sustentado pelo expositor com respeito à qualificação do processo.

Na resposta, o especialista disse que é importante considerar o peso dos participantes no “contexto real da vida acadêmica”.

8^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE MARÇO DE 2016



FECHAMENTO DE ESCOLAS TERÁ DE PASSAR POR CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

Dois projetos foram aprovados em turno suplementar na 8ª sessão da CE. O primeiro, do ex-senador Vital do Rêgo, trata da extinção de unidades escolares da educação básica públicas e do destino de seus patrimônios (PLS 10/2012).

De acordo com o substitutivo elaborado por Douglas Cintra (PTB-PE) e adotado definitivamente pela comissão, as unidades escolares públicas da educação básica somente poderão sofrer reestruturação na sua oferta de escolarização, ou serem fechadas, após uma prévia manifestação do Conselho de Educação do respectivo sistema. Isso sem prejuízo à continuidade dos estudos de seus alunos e observada a destinação total da receita da venda ou aluguel de seus prédios ao órgão responsável pela educação, sendo esses

recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino público.

CULTURA

Também foi acatado pela CE o substitutivo ao PLS 281/2014, do ex-senador Fleury, que inclui a previsão de apresentações de ações culturais dos pontos e pontões de cultura nas escolas da rede pública.

O substitutivo foi elaborado por Roberto Rocha (PSB-MA) e determina que os pontos e pontões de cultura poderão estabelecer parceria e intercâmbio com entidades de pesquisa e extensão e com escolas e instituições da rede de educação básica, profissional e superior, prestigiando as instituições públicas de ensino com apresentações.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Durante a reunião também foi lido pelo senador Paulo Paim (PT-RS) relatório favorável ao PLS 45/2015, do senador Romário (PSB-RJ), que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas e particulares. O projeto não chegou a ser votado por falta de quórum, mas foi elogiado pelo relator.

“Lamentavelmente, apesar dessa proibição estar clara no Estatuto da Pessoa com Deficiência, algumas escolas ainda cobram taxa adicional”, criticou Paim.

*Com informações da Agência Senado

FOTO: ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

9^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

9 DE MARÇO DE 2016



CE PROMOVE DEBATE SOBRE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

O ensino em tempo integral nas escolas públicas de ensino fundamental foi o tema do debate entre reitores, secretarias de educação, representante do Ministério da Educação (MEC) e membros de organizações da sociedade civil reunidos para audiência pública da CE. A reunião teve o objetivo de subsidiar os senadores membros da comissão com informações para a análise de projeto de lei sobre o tema (PLS 255/2015).

“Todos nós sabemos o que vivemos agora na Educação, momento complexo, difícil. Tenho certeza que de esse debate será de extrema importância para um tema tão estratégico para o país”, avaliou o senador Romário, que abriu a audiência.

Para a secretária executiva da

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Lirani Maria Franco, é preciso ter clareza sobre os objetivos do ensino integral, que devem estar ligados ao modelo de desenvolvimento que o país busca alcançar. Para ela, a proposta não pode apenas resultar na ampliação do tempo das crianças na escola.

“O objetivo final tem de ser a formação integral dos jovens visando uma educação plena. Queremos formar pessoas que possam intervir na sociedade, que tenham a liberdade de fazer escolhas a partir dos conhecimentos que detêm. Tem de haver um preparo para se receber os alunos por 7, 8 horas por dia. Há de se pensar em condições materiais, estrutura física e, sobretudo, formação dos profissionais da educação”, disse.

De acordo com o secretário municipal de Educação de Palmas (TO), Danilo de Melo Souza, não se pode esperar que haja condições ideais para que a implantação do ensino integral nas escolas públicas tenha início.

“Sete ou 8 horas na escola já é melhor do que 4 horas, que é como funciona hoje. Só de termos os alunos por mais tempo, fazendo três refeições completas por dia, há uma contribuição significativa para que tenhamos melhores resultados educacionais”, observou o secretário.

Danilo de Melo Souza informou que o município de Palmas alcançou o 5º IDH em Educação no Brasil em dez anos depois das políticas integradas voltadas ao ensino integral.

De acordo com o reitor do Centro Universitário Cesumar (Uni-



cesumar), Wilton Matos, o ensino integral é um pressuposto para o desenvolvimento do país.

“Não há nação no mundo que tenha se desenvolvido com escola em ensino parcial. Quatro horas não são suficientes. O aluno não aprende a aprender. Vai acumulando defasagens ao longo do tempo e quando chega por volta do 6º ano do ensino fundamental não entende mais nada, não acompanha as aulas, resta ser indisciplinado. É aí que ocorre a evasão escolar”, explicou o reitor.

Segundo dados apresentados por Matos, o Brasil chega a ter 6 milhões de estudantes por ano saindo das escolas. A partir do 6º ano do ensino fundamental, a evasão chega a atingir 14% dos alunos.

CAUTELA

O secretário executivo de Educação Profissional de Pernambuco do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Paulo Dutra, pediu cautela em relação ao tema. Para ele, a rede educacional existente no Brasil não suporta a universalização do ensino fundamental.

A superintendente do Movimento Todos pela Educação, Alejandra Meraz Velasco, explica que a oferta de ensino integral no Brasil é desigual. Segundo estudo realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), as matrículas em tempo integral são oferecidas em

maior grau em escolas com nível socioeconômico mais elevado.

“Em todos os estados analisados, com exceção de Pernambuco, quanto maior o percentual da matrícula em tempo integral, maior o nível socioeconômico da escola. Isso deve ser observado, pois não adianta pensarmos nesse modelo de educação se ele só irá favorecer uma parte da população”, disse.

Segundo a integrante do comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Catarina de Almeida Santos, não se pode pensar em aumentar o tempo dos alunos na escola nos moldes do sistema de ensino em vigor, que é considerado desinteressante pelos alunos.

“Os alunos não têm vontade de estar em sala de aula. O método de ensino hoje em dia não avançou. Nossa temática não é igual a de outros países, por isso essa comparação é difícil. Uma boa escola implica também em bibliotecas, cultura, quadra de esportes e não só a sala de aula. Atualmente o país não consegue dar isso aos seus alunos. Para um ensino integral precisaríamos de ainda mais investimentos e sabemos que não temos esse recurso”, explicou.

“Com tanta tecnologia, celulares, televisão e interação, somente um quadro de giz não é interessante para manter o aluno 4 horas em sala de aula. Imaginem isso em tempo integral. Precisamos mudar muita

coisa no sistema para conseguirmos nos adequar. E aproveito para dizer também que a escola não é um restaurante. Não é interessante pensarmos que o aluno está indo ali somente pelas refeições, ele está lá para aprender”, explicou o senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

A dirigente municipal de educação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) de Campina Grande (PB), Iolanda Barsosa, avaliou que o projeto de lei em discussão está focado somente no tempo integral e não na organização curricular. Para ela, o PL desconsidera a organização da educação básica brasileira e foca apenas em uma etapa, em detrimento das demais (educação infantil e ensino médio).

“Agora sabemos que os recursos do Petróleo podem demorar mais tempo que o previsto e não serão suficientes para a ampliação de todo o ensino fundamental em tempo integral. Sendo assim, como iremos contratar mais profissionais sem recursos novos?”, questionou, sobre a expectativa que havia em relação aos recursos advindos do Pré-sal, que seriam destinados à educação.

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

15 DE MARÇO DE 2016



UNIVERSIDADES PODERÃO TER SELEÇÃO POR PROGRAMA DE AVALIAÇÃO SERIADA

O ingresso em universidades ou instituições de educação superior federais poderá passar a ser feito por meio de programas de avaliação seriada. É o que prevê o projeto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) (PLS 211/2015) aprovado em caráter não terminativo pela CE.

O projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e define que as avaliações serão realizadas mediante a aplicação de provas ao final de cada ano do ensino médio. É um meio de ampliar, de forma inclusiva, as possibilidades

de seleção para o acesso à educação superior.

Segundo o relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), os programas são positivos pois induzem uma articulação mais estreita entre o ensino médio e a educação superior.

“O programa fortalece não só as diretrizes da seleção para os cursos superiores, mas também o próprio currículo efetivamente ministrado aos estudantes no ensino médio”, explicou.

A proposição também abre o leque das possibilidades para as instituições federais de ensino superior,

sem eliminar outras alternativas de seleção, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

DIA NACIONAL DA ASTRONOMIA

Na mesma reunião, também foi aprovado em caráter não terminativo o PLC8/2015 do deputado Guilherme Campos (PSD-SP), que institui o Dia Nacional da Astronomia, a ser celebrado anualmente no dia 2 de dezembro.

11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

16 DE MARÇO DE 2016



CE DEBATE INCLUSÃO DIGITAL EM UNIDADES DO *MINHA CASA, MINHA VIDA*

Cada moradia do programa *Minha Casa, Minha Vida* poderá contar com equipamento de informática já com softwares instalados, incluindo acesso à internet banda larga e uma biblioteca composta por 20 livros de humanidades, selecionados pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) ou pelo Plano Municipal de cada prefeitura.

É o que prevê o PLS 204/2013, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que foi motivo de debate por especialistas em uma audiência pública na CE. Segundo Cristovam, o programa *Minha Casa, Minha Vida* tem o objetivo de proporcionar moradia para milhões de brasileiros,

mas se revela incompleto, em sua avaliação, pois não avança no acesso ao conhecimento e à informação.

O coordenador-geral de Mídias e Conteúdos Digitais do Ministério da Educação (MEC), Marcos Toscano, ressaltou a importância desse projeto. De acordo com dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o mais importante teste de desempenho educacional do mundo, para cada 22 alunos brasileiros, há um computador. Ou seja: grande parte da população sequer tem acesso digital.

“Migrar para a plataforma eletrônica é algo essencial nos dias de hoje, o mundo caminha para se tornar cada vez mais tecnológico. A

OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], organização que realiza o Pisa, vem incluindo em seus exames uma série de testes para habilidades de leitura em meio digital, de navegação na rede mundial de computadores, resolução de problemas matemáticos com auxílio de computadores”, explicou Toscano.

Para o representante do Ministério da Cultura (MinC), Volnei Canônica, o projeto tem o mérito de incluir a discussão sobre a leitura no âmbito familiar.

“É um projeto que possibilita uma mobilização da sociedade para a temática da leitura, a ampliação da mobilização da sociedade e a am-

pliação do papel da família”, diz ele.

Segundo o diretor de tecnologia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Renê de Lima Barbosa, não basta somente distribuírem os computadores nas casas. É necessário que seja feita uma ação em conjunto com o governo, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e os professores.

“Este é o nosso desafio: gerar uma articulação entre Ministério da Cultura, Ministério da Tecnologia, Anatel e professores. Pois um de-

pende do outro para que tudo funcione bem. De que adianta o aluno ter um computador em casa se a internet não funciona? Se ele não sabe sequer manusear a máquina? ”, ressaltou.

Para isso, o diretor do departamento de Ações Regionais para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sugere que os municípios arquem com o valor de coordenadores, para ensinar àqueles que estão manuseando os computadores pela primeira vez.

“O município pode pagar uma bolsa a esses coordenadores, assim eles auxiliariam de forma correta todos os estudantes que ainda não estão familiarizados com os computadores”, explicou.

O projeto está na pauta da Comissão de Educação sob a relatoria do senador José Agripino (DEM-RN). Se aprovado, será analisado pela comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.



FOTO: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

SEMINÁRIO SÍNDROME DE DOWN

21 DE MARÇO DE 2016



SENADO COMEMORA DIA DA SÍNDROME DE DOWN COM SEMINÁRIOS E OFICINAS

Estudantes, pessoas com Síndrome de Down, professores e membros de instituições encheram o Auditório Petrônio Portela do Senado na abertura do seminário “21 Horas pela Inclusão”. Por iniciativa da Comissão de Educação, o dia 21 de março, que o é Dia Internacional da Síndrome de Down, marcou a abertura de uma programação de três dias com palestras e oficinas.

“Este é o segundo ano consecutivo que promovemos este evento no Senado dedicado às pessoas com síndrome de Down. É importante que levantemos a questão da deficiência para que a sociedade esteja cada vez mais consciente em relação

às necessidades dessas pessoas e se prepare para recebê-las com a dignidade e a igualdade que elas merecem”, afirmou o senador Romário (PSB-RJ), presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, que promoveu o evento, com o apoio da embaixada do Reino Unido.

Os trabalhos promoveram a inclusão, voltada para a acessibilidade, comunicação e comportamento. Participaram da abertura o embaixador do Reino Unido, Alex Ellis, e o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons. Eles falaram sobre os avanços da inclusão no país, e esperam que as Paralimpíadas de 2016 no Brasil reforcem o tema assim como as de 2012, na Grã-Bretanha.

“É fundamental que a pessoa com síndrome de Down esteja inserida em todos os contextos da sociedade, e tenha todos os contextos da sociedade. E acho que a Lei Brasileira da Inclusão traz cidadania, porque traz respeito às pessoas com deficiência em nosso país”, disse Parsons.

Durante o evento também foi lançado o livro “O Mundo de Ivy: 11 anos de uma Downzinha muito feliz”. A obra é uma biografia de Ivy Faria, filha do senador Romário, e mostra de forma ilustrada como é crescer com síndrome de Down pela perspectiva de uma criança. Emocionado, o senador contou que a história da filha o incentivou a lutar pela inclusão das pessoas com deficiência.

“O livro é a concretização do sonho deste pai que desejou compartilhar com outras pessoas o mundo da Ivy. Nossa luta é para que toda pessoa com síndrome de Down tenha respeito, garantia dos seus direitos e, acima de tudo, o reconhecimento

da sociedade que nos cerca”, disse.

Na ocasião, os participantes também puderam assistir apresentações do grupo musical Surdodum e do grupo de dança Arte em Movimento, da Associação Pestalozzi do Distrito Federal. A programação seguiu com

atividades e oficinas relacionadas à inclusão da pessoa com deficiência.



*Com informações da Agência Senado

FOTO: BRUNA PASSILLO

OFICINAS E EXPOSIÇÕES

21 A 25 DE MARÇO DE 2016



OFICINAS DÃO CONTINUIDADE A EVENTO SOBRE SÍNDROME DE DOWN

Apraxia de fala durante a infância, distúrbio neuromotor que afeta a capacidade de a criança produzir corretamente as palavras, foi tema de uma das oficinas na jornada “21 Horas pela Inclusão”, promovida pela CE. A jornada marcou a passagem do Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado no dia 21 de março.

“A gente precisa entender que a linguagem é muito mais que uma expressão de fala, é algo que estrutura o indivíduo e organiza o pen-

samento. Geralmente, nós nos organizamos por linguagem e não por imagem”, disse a fonoaudióloga e especialista em reabilitação cognitiva Ana Leonor Bacilon, que conduziu a oficina.

Segundo Ana Leonor, o diagnóstico do transtorno de linguagem pode levar tempo e requer uma análise cuidadosa, já que o problema costuma ser confundido com outras doenças, como a deficiência intelectual e o distúrbio de aprendizagem. Ela ressaltou que a participação da família no tratamento costuma con-

tribuir para a evolução do paciente.

O Dia Internacional da Síndrome de Down foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. A data, 21 de março, é uma referência à trissomia do cromossomo 21, alteração genética que gera um cromossomo extra no DNA do indivíduo e resulta nas características físicas e cognitivas peculiares das pessoas com a síndrome.



*Com informações da Agência Senado

FOTO: BRUNA BASILIO

12^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

22 DE MARÇO DE 2016



DIVULGAÇÃO DE EVENTOS COM PATROCÍNIO FEDERAL TERÁ DE INCLUIR BANDEIRA

Peças e campanhas de divulgação de eventos, bens ou serviços de cunho esportivos ou cultural, inclusive produções audiovisuais, que sejam patrocinadas com recursos públicos federais poderão ter que incluir a Bandeira Nacional em todos os materiais. Isso é o que prevê o projeto lei da Câmara (PLC 158/2015), cujo relatório foi aprovado pela CE.

A norma também se estende aos eventos de futebol de clubes que participam e recebem recursos da Timemania - modalidade de loteria da Caixa em que são usados nomes, marcas e símbolos das agremiações.

Segundo o autor da proposta, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-

-PR), a medida contribui para institucionalizar a imagem da Bandeira Nacional como “símbolo máximo” da República.

A matéria foi relatada pelo senador Romário (PSB-RJ), que acrescentou emenda de redação para substituir os termos “desportivos”, “paradesportivos” e “desportivas” pelos termos “esportivos”, “paraesportivos” e “esportivas”, hoje o modo mais atual e abrangente de se referir aos esportes.

CAPITAL DO LEITE

Foi aprovado o relatório do projeto da Câmara (PLC 175/2015) que confere ao município de Castro, no

Paraná, o título de Capital Nacional do Leite, de autoria do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

ALOCACÃO DE RECURSOS

Foi aprovado o relatório do projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a garantia de alocação de recursos orçamentários suficientes à consecução de padrão de qualidade do ensino, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) (PLS 184/2012).

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

29 DE MARÇO DE 2016



SESSÃO TEM APROVAÇÃO DE DIVERSOS ITENS DA PAUTA

Na 13ª Sessão Extraordinária da CE foram aprovados os relatórios dos seguintes itens da pauta:

- PLC 189/2015 l autoria: Paulo Freire (PR-SP) l relatoria: Blairo Maggi (PR-MT): O projeto de Lei da Câmara denomina “Viaduto Astésia de Moraes Batista” o viaduto construído no quilômetro (km) 488 da Rodovia Régis Bittencourt, no município de Cajati, no estado de São Paulo.

Astésia de Moraes Batista nasceu no Município de Cajati - na época, distrito de Jacupiranga - onde viveu durante toda sua vida e foi uma grande colaboradora nos trabalhos assistenciais.

“Por toda a sua luta, dedicação e legado, nada mais justo do que nominar o viaduto construído no km 488 da Rodovia Régis Bittencourt, ‘Astésia de Moraes Batista’, homenagem que se presta àquela localidade, e à cidadã que dedicou sua vida para o desenvolvimento do município”, ressaltou o autor do projeto.

- PLC 182/2015 l autoria: Paulo Freire (PR-SP) l relatoria: Blairo Maggi (PR-MT): O projeto de Lei da Câmara denomina “Viaduto Vereador Ângelo Baccin” o viaduto construído no km 489 da Rodovia Régis Bittencourt, no Município de Cajati, no estado de São Paulo.

Ângelo Baccin tornou-se vereador na cidade de Bom Jesus da

Serra, em Santa Catarina. Morou em São Paulo, onde se destacou no ramo madeireiro como proprietário da empresa Madeira Madeciba. Integrando-se plenamente à vida da região do litoral sul paulista, foi eleito vereador de Jacupiranga.

14^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

30 DE MARÇO DE 2016



ESPECIALISTAS DIVERGEM SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS

O debate sobre a alteração da atual Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), previsto por projeto de lei (PLC 37/2013) em trâmite na CE, foi marcado pela divergência de opiniões entre os participantes em relação à descriminalização do uso de drogas no Brasil.

As principais alterações propostas pelo PLC 37 são o aumento da pena para tráfico de drogas com maior potencial de dependência, como o crack – cuja pena seria aumentada em dois terços em relação à pena por tráfico de outras substâncias –; a rearticulação de entes fede-

rativos em relação ao atendimento, à internação dos dependentes e à responsabilização de criminosos.

Além dessas alterações da legislação em vigor, outras duas inovações foram propostas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que examinou o texto antes da Comissão de Educação: a indicação de um parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário e traficante e a permissão de importação de produtos e derivados à base de canabinoide – princípio ativo da maconha – para uso terapêutico.

“Há quem questione que o ato de portar drogas seja considerado um

crime. Os favoráveis à descriminalização alegam que o consumo expõe ao risco apenas o próprio usuário e não terceiros. A descriminalização de drogas como maconha, crack, cocaína, ecstasy, LCD, heroína e outras terá um impacto extremamente negativo para nossa sociedade. Hoje a tipificação penal do consumo impõe ao usuário o constrangimento da abordagem policial e uma condenação. Isso tem um efeito simbólico muito importante, pois inibe o cultivo, o livre transporte pelas ruas e o consumo em locais públicos”, opinou o senador Romário (PSB-RJ), presidente da Comissão de Educação.

POLÊMICA

Os pontos mais polêmicos debatidos pelos participantes da audiência de hoje foram a descriminalização do uso de drogas, especialmente as mais pesadas; a legalização do uso de maconha e de medicamentos derivados do canabinol.

O professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o médico psiquiatra Luís Fernando Farah de Tófoli, iniciou sua exposição fazendo uma diferenciação entre a despenalização do uso de drogas – a ausência de pena de privação de liberdade –, que é o que já ocorre no Brasil; a descriminalização do uso – em que os usuários não são considerados criminosos –; a regulamentação do uso – em que o consumo é tornado lícito para que haja controle por parte do Estado –; e o uso medicinal.

Para ele, dados indicam que a descriminalização associada a mudanças institucionais relacionadas ao uso de drogas reduz taxas de uso, violência, acidentes de trânsito e problemas de saúde pública. Como contraponto, dados do México, por exemplo, em que há uma política de militarização do combate às drogas, apontam para um aumento da criminalidade relacionada ao uso e ao tráfico.

“No Brasil, já há a despenalização do uso, no entanto, se a pessoa for pobre e preta, ela corre o risco de passar meses para receber sua despenalização, porque foi pega em lugar onde havia droga”, informou Tófoli.

Segundo ele, o impacto mais importante da descriminalização é em relação ao sistema de saúde. “Se a pessoa deixa de ser considerada criminoso, aumentam as chances de ela procurar o sistema de saúde em busca de tratamento”. Para o psiquiatra, essa descriminalização é ainda mais importante em relação às drogas mais pesadas e com maior potencial de dependência, como o crack.

“Aumento da repressão não tem sido associado a respostas mais eficientes na América Latina. O impacto da descriminalização é positivo. Se o Brasil não está preparado para a descriminalização, isso quer dizer que está preparado para manter

uma política do século passado, que não oferece o amparo necessário, cria distorções no sistema criminal, com impactos sobre a saúde física e mental dos cidadãos”, disse.

Tófoli citou uma alternativa proposta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, em que propõe a descriminalização para todas as drogas com viés de impacto sobre a saúde pública e sugere a transformação de penas em medidas administrativas.

OUTRO LADO

O professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, discordou da opinião do outro debatedor sobre a descriminalização, especialmente em relação à redução do consumo. De acordo com ele, dados de estados norte-americanos em que houve a liberalização do uso de drogas apontam que há aumento do consumo, especialmente entre jovens, e de danos provenientes do consumo de produtos derivados de drogas, como chocolates, pirulitos e cigarros eletrônicos.

“É uma temeridade tratarmos maconha como se fosse uma droga leve porque não é. Há produtos derivados muitos mais diversificados, com capacidade de produzir dependência muito maior”, afirmou.

Além disso, o médico citou pesquisa em que 90% da população brasileira se posiciona contrariamente à descriminalização do uso e que o Congresso Nacional, como Casa do povo, deve ouvir à opinião da população.

O médico psiquiatra especialista em Álcool e Drogas Sérgio de Paula Ramos concordou com o professor da Unifesp em relação ao posicionamento contrário à descriminalização e comparou a restrição ao uso de drogas ao do cigarro.

Segundo dados apresentados por ele, a partir de quando houve restrição do acesso e proibição da propaganda de cigarro, houve redução de 48% para 17% do tabagismo em Porto Alegre entre a década de 1960 e 2016.

Para ele, o princípio norteador dos legisladores deve ser o proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em que “todas as crianças e adolescentes têm o direito de crescer

num ambiente protegido das consequências negativas do consumo de álcool e, sempre que possível, da promoção de bebidas alcoólicas”, que também deve ser estendido em relação ao consumo de drogas.

De acordo com o médico, quanto maior for a percepção de risco da população em relação ao uso de drogas, menor o consumo. “Percebemos um aumento no consumo de maconha devido à redução da percepção de risco. Ao contrário do que ocorre em relação a todas as outras drogas, que estão em redução”, informou.

Sérgio de Paula Ramos disse ainda que a liberalização do uso de drogas tem por trás interesses de grupos, como os de usuários descompromissados com saúde pública; idealistas defensores do direito de usar drogas; operadores do direito, angustiados com a superlotação de presídios; e grupos econômicos interessados na exploração do novo negócio. Segundo ele, a liberalização do uso da maconha tem o potencial de gerar de negócios de mais de US\$ 140 bilhões.

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

31 DE MARÇO DE 2016



CE RECONHECE EXPERIÊNCIA AUSTRALIANA DE CURRÍCULO ESCOLAR

Na série de audiências que a CE, vem promovendo sobre a Base Nacional Comum Curricular, os senadores puderam conhecer currículo escolar australiano.

A proposta da Austrália define que os estudantes desenvolvam diversas habilidades, da matemática à criatividade. Essas habilidades devem ser trabalhadas entre as áreas tradicionais e temas transversais: ciências humanas e sociais, educação física, tecnologias, pensamento crítico e criativo, sustentabilidade e história e cultura dos aborígenes e dos indígenas.

O diretor da entidade responsável pelo desenvolvimento e implementação do currículo nacional na Austrália, Phil Lambert, elogiou a iniciativa brasileira de ouvir a popu-

lação na elaboração da Base Comum. Ele lembrou ainda que as escolhas devem ser feitas levando em conta o que é melhor para o país.

“É importante ter um currículo flexível, mas ainda inspirador. É importante que todas as crianças, independentemente de onde elas moram e da situação econômica, tenham acesso e possam usufruir das possibilidades educacionais”, explicou.

O representante do Ministério da Educação (MEC), Ricardo Cardoso, pediu união entre os poderes para garantir que as escolas tenham as condições necessárias para fazer a base curricular funcionar.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ressaltou que é necessário não apenas a unificação do currículo escolar, mas uma boa formação dos professores.

“Tão importante quanto acertar o currículo é depois ter professores com formação adequada para poder cumprir esse currículo. Porque senão vamos continuar fazendo leis com muita dificuldade de implementação”, ressaltou.

A Base Nacional Comum Curricular está em fase de elaboração. Até junho deste ano a proposta final deve ser enviada para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE).

*Com informações da Agência Senado

FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

31 DE MARÇO DE 2016



CE DEBATE TRATAMENTO LEGAL PARA CONSUMO E PORTE DE DROGAS

Representantes da sociedade civil ouvidos pela CE retomaram o debate sobre consumo e porte de drogas e defenderam normas legais com visão mais liberalizante sobre as drogas. Para ajustar projeto já em tramitação (PLC 37/2013), foram propostos um aumento no limite de porte de droga a ser usado como critério para diferenciar usuário de traficante e a regulamentação do cultivo e uso da maconha para fins medicinais.

Houve ainda quem defendesse uma lei nova só para tratar da regulamentação total do cultivo da *cannabis* (nome científico para diferentes variedades da maconha), inclusive para uso pessoal recreativo. Essa foi a proposta do presidente da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Maconha Medicinal

(Amemm), Sérgio Vidal.

“Se um adulto planta um vegetal e consome numa escala privada, não está atingindo nenhuma outra pessoa. Então, realmente, não consigo entender como o Estado se vê no direito de interferir e considerar todos os usuários de drogas como pessoas sem direito de escolha, sem livre arbítrio”, criticou Vidal.

A comissão já havia realizado uma primeira audiência para debater o PLC 37/2013, de autoria do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), que altera a legislação sobre drogas. O proponente foi o senador Lasier Martins (PDT-RS), relator da matéria.

O texto já passou pela Comissão de Justiça e Cidadania (CCJ) e ainda deve ser analisado por mais três colegiados – Assuntos Econômicos

(CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos (CDH).

Para os expositores das entidades civis, a legislação vigente é conservadora e punitiva. Mesmo defendendo sugestões para aperfeiçoar o PLC 37/2013, ainda assim os convidados avaliaram que permanecerá um “viés” proibitivo e de coerção criminal sobre as condutas dos usuários. Foi o que disse o advogado Emílio Figueiredo, consultor jurídico do Growroom.net, que presta auxílio jurídico a cultivadores domésticos e usuários de *cannabis* acusados de tráfico.

“Esse PLC é mais do mesmo, é o ‘proibicionismo’ que não traz qualquer novidade no assunto drogas, pois continua a criminalização do usuário, continua a punição exacerbada, continua a confusão en-

tre usuário e traficante e continua a ausência de uma regulamentação segura de acesso às drogas”, afirmou Figueiredo.

PORTE

O substitutivo aprovado pela CCJ incluiu a previsão de um limite de porte de droga (não apenas maconha) para uso pessoal equivalente ao consumo de até cinco dias, a ser calculado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para que a pessoa flagrada responda como usuário, e não por tráfico.

O sócio-diretor da Revista Sem-Semente, Mauro Leno, defendeu que a referência seja uma quantidade para dez dias de consumo, como havia sugerido o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em debate na CCJ. O ex-presidente participou de comitê internacional de notáveis que vem defendendo políticas mais flexíveis sobre drogas, considerando o insucesso da “guerra ao tráfico”.

Para Leno, uma regulamentação muito restritiva por parte da Anvisa, com base no parâmetro de cinco dias, pode resultar em quantidade muito pequena da substância. Nesse caso, avalia, a tendência seria aumentar a criminalização de simples usuários pegos com um pouco mais de droga.

SELETIVIDADE

Pela legislação, consumir drogas é crime, mas a pena se limita a medidas socioeducativas, sem prisão. Ainda assim, muitos usuários vão para a cadeia, como alegaram os convidados, seja por erro de aplicação da legislação seja por distorções que tendem a penalizar mais severamente pessoas pobres e negras.

Ainda segundo Leno, se adotado um limite de porte muito baixo, para se manter dentro da lei o usuário também será forçado a se dirigir mais frequentemente ao narcotráfico para se abastecer, o que aumentará sua exposição a riscos.

“O mais danoso seria a microcapilarização do sistema de tráfico, com a promoção do aumento

dos que estão na escala mais baixa na hierarquia do narcotráfico, pois seria necessário maior número de distribuidores para essa quantidade pequena”, avalia.

CULTIVO

Ainda segundo Leno, a mera regulamentação da importação de medicamentos com substâncias extraídas da *cannabis* — como o canabinoide, usado em casos raros de epilepsia — não resolve o problema de quem precisa desses remédios. Segundo ele, importar representa um alto custo para as famílias e também para o Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, defende condições legais para o cultivo da matéria-prima e a fabricação de similares aqui mesmo no Brasil.

“Por isso, o projeto deve manter a importação, mas também atribuir à União poderes para regulamentar o plantio, o cultivo, a colheita e também o comércio da cannabis para fins medicinais”, explica.

Segundo o advogado Emílio Figueiredo, a legislação vigente já prevê a possibilidade de cultivo e produção para fins medicinais e científicos, mas a Anvisa nunca agiu para propor uma regulamentação. Como disse, a agência se limitou a regularizar as importações, inclusive de produtos que “desconhece”, enquanto as portas continuam fechadas para a produção e a pesquisa nacional.

“Se não mudar a política, vamos ficar a mercê das importações, pagando royalties ao exterior”, comentou.

ÁLCOOL

Representantes de pastas ministeriais também participaram do debate, um deles Valencius Wurch Duarte Filho, coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde. Ele falou das estratégias de prevenção e cuidados para os usuários de drogas, por meio de programas e serviços que funcionam em parceria com estados e municípios. Citou uma rede

de 2.382 Centros de Atendimento Psicosocial (CAPS), que cobrem hoje cerca de 1.6 mil municípios.

Do total de óbitos no país causados por substâncias que atuam no sistema nervoso, 97% são provocados pelo álcool, segundos dados oficiais citados por Duarte Filho. Ele também enfatizou que dados de 2011 mostravam que 70% dos adolescentes já havia experimentaram álcool e 27% faziam uso regular de produtos alcoólicos.

Pelo Ministério da Educação (MEC), Leandro da Costa Fialho, coordenador-geral de Educação Integral, enfatizou que a prevenção é o foco do trabalho da pasta. Salientou que existe o cuidado com abordagem sem “preconceitos ou falácias”, o que pode ser contraproducente diante de jovens. Reconheceu ainda que políticas de prevenção precisam ser articuladas como as áreas da saúde e social, vinculando também as famílias dos jovens e crianças.